

Uma leitura interdisciplinar de estudos sobre leitura

Marta Yumi Ando

Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: andomayumi@gmail.com

RESUMO. O trabalho empreendido tem como objetivo apresentar uma análise comparativa de alguns estudos sobre leitura provenientes da teoria literária e da linguística. Enfatizam-se a estética da recepção e, mais especificamente, a teoria do efeito propugnada por Wolfgang Iser, a partir da segunda metade do século XX.

Palavras-chave: leitura, interdisciplinaridade, teoria literária, linguística.

ABSTRACT. An interdisciplinary reading about reading studies. The research intends to present a comparative analysis of a few studies concerning reading, derived from literary theory and linguistics. The reader-response criticism has been focused and, specifically, we have emphasized the aesthetic response theory, widely spread since the 1970s by Wolfgang Iser.

Key words: reading, interdisciplinary studies, literary theory, linguistics.

Introdução

Em diversos campos do saber, são várias as disciplinas e vertentes teóricas que têm focalizado estudos sobre a leitura. Como atestam Batista e Galvão (1999), a leitura não constitui uma disciplina autônoma, mas envolve o conjunto de várias disciplinas como as ciências da cognição, a história, a psicologia social, a antropologia, a sociologia, os estudos culturais, a linguística e a teoria literária. Sendo assim, se tradicionalmente o estudo da leitura costumava constituir objeto de interesse de disciplinas voltadas ao ensino-aprendizagem, como a pedagogia e a psicologia da educação, nas últimas décadas, o interesse pela leitura vem sendo compartilhado por um conjunto de diferentes áreas do conhecimento.

Dentro da área de Letras, em particular, tanto a linguística como a teoria literária, bem como áreas interdisciplinares como a psicolinguística têm se preocupado com esse objeto, como mostra a gama de estudos que tem sido produzida com esse enfoque. É tendo em vista o crescente interesse pela leitura partilhado pela linguística e pela teoria literária, que procedemos a uma análise comparativa de alguns dos trabalhos teóricos produzidos por ambas as áreas, no que diz respeito à leitura e ao papel do leitor no ato de leitura. Verificam-se pontos de intersecção? Quais? Constatam-se diferenças? Que diferenças seriam essas?

Na tentativa de lançar luzes sobre essas e outras questões, propomo-nos a apresentar um ligeiro panorama concernente a abordagens de leitura, desde as de caráter mais tecnicista até a estética da

recepção. A seguir, apresentamos nossa fundamentação teórica, que se encontra ancorada não apenas, mas, principalmente, nos pressupostos de Wolfgang Iser. Verificamos, por fim, a existência de possíveis semelhanças e diferenças entre algumas teorias da linguística e da crítica literária, no que tange a questões atinentes à leitura e ao leitor.

Abordagens de leitura

Considerando que a leitura envolve uma multiplicidade de disciplinas e perspectivas críticas, não temos aqui a pretensão de cobrir todas as abordagens de leitura existentes. Nosso intuito é apenas colocar em evidência uma sumarização das idéias centrais de algumas das abordagens que estiveram ou estão em voga no âmbito acadêmico, para, a partir daí, desenvolvermos, com maiores detalhes, uma dessas abordagens.

No que concerne às teorias tradicionalmente aplicadas ao ensino de leitura no contexto escolar, podemos citar trabalhos como os de Whitaker Pentead (1969), Garcia (1978) e Blikstein (1986). Suas abordagens, ancoradas na teoria da comunicação, pressupõem concepções funcionalistas e voltam-se mais para o treinamento, à medida que, geralmente, atribuem ao leitor apenas a função mecânica de ler para reter, assimilar e reproduzir idéias. Esses autores apresentam uma visão muito normativa e se esquecem de levar em conta outros fenômenos subjacentes à leitura.

A preocupação de cunho mais sócio-política transparece em trabalhos como os de Freire (1986) e Silva (1993), que também focalizam questões

concernentes ao ensino, mas, desta vez, o teor tecnicista é substituído por uma visão mais ampla de leitura, entendida não apenas como a “leitura da palavra”, mas também e, sobretudo, como a “leitura do mundo” que a precede. Subjaz ao pensamento de Freire (1986) que, pela educação, o mundo e as pessoas podem se transformar, e a leitura seria um dos caminhos para essa transformação. Esse pensamento reflete-se em Ezequiel T. da Silva que, mostrando-se adepto das idéias de Freire, concebe a leitura

[...] como um dos processos que possibilita a participação do homem na vida em sociedade, em termos de compreensão do presente e passado e em termos de possibilidades de transformação sociocultural futura (SILVA, 1993, p. 24).

Um olhar cognitivista sobre a leitura pode ser detectado em estudos como os de Kato (1995), Kleiman (1997) e Simon (1994). Nesse tipo de abordagem, sublinham-se

[...] a complexidade do ato de compreender e a multiplicidade de processos cognitivos que constituem a atividade em que o leitor se engaja para construir o sentido de um texto escrito (KLEIMAN, 1997, p. 9).

Trata-se, pois, de uma abordagem psicolinguística que se interessa, basicamente, pelos processos e pela aquisição da leitura e da escrita (KATO, 1995; SIMON, 1994).

Na linha discursiva, em que se destacam nomes como Ducrot (1972), Mangueneau (1989), Mussalim et al. (1997) e Orlandi (1996; 1999) concebe-se, *grosso modo*, a leitura como situação de produção de sentidos, sendo importante lembrar que não se trata apenas da leitura de textos verbais escritos, mas de qualquer material capaz de produzir sentidos e gerar efeitos. No dizer de Orlandi (1999, p. 17), o discurso é linguagem que se desloca na história, “é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”.

Considerando o viés histórico-sociológico, podemos citar, já dentro da crítica literária, autores como Escarpit (1969), Wellershoff (1970), Chartier (1996) e Lajolo e Zilberman (1991). Trata-se de uma abordagem direcionada à descrição e à análise de questões exteriores à leitura, centrando-se nas instâncias sociais relacionadas ao livro, responsáveis por sua produção, divulgação e distribuição. Como argumentam Lajolo e Zilberman (1991), conceber a literatura enquanto prática decorrente de uma determinada organização da sociedade implica uma compreensão da literatura que vá além da descrição

dos constituintes estruturais dos textos. Dessa perspectiva, não se deve considerar os textos a partir de uma análise imanente, mas verificar, em uma abordagem mais ampla, todo esse processo em funcionamento, em sua macro e infra-estrutura.

Se a sociologia da leitura propõe a análise extrínseca da leitura, a estética da recepção focaliza as relações internas entre texto e leitor, a partir do cruzamento dos horizontes de expectativas destes, embate que se renova a cada leitura. Entretanto, podemos distinguir, no enfoque da recepção, mais de uma vertente, quer se considere a recepção coletiva ou a individual: caso se considere uma comunidade de intérpretes, remetemos a Fish (1980); caso se considere a recepção histórica, fundamentamo-nos em Jauss (1994) e, em se tratando da recepção implícita, reportamo-nos a estudos como os realizados por Ingarden (1979), Eco (1986; 1993; 2000; 2001) e Iser (1979; 1996; 1999)¹. É justamente a recepção leitora, em especial a recepção implícita, o objeto de preocupação dos dois tópicos subsequentes.

A recepção coletiva

Na segunda metade do século XX, dois teóricos alemães – Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser – divulgaram, em meio ao conturbado momento de transformações sociais cujo reflexo se fez sentir nas propostas curriculares universitárias, uma nova teoria: a Estética da Recepção, que surgiu como recusa aos métodos de ensino da história da literatura, considerados tradicionais². Em 1967, na Universidade de Constança, Jauss profere a conferência “O que é e com que fim se estuda a história da literatura” (posteriormente transformada em livro, com o título *A história da literatura como provocação à teoria literária*), a fim de problematizar a nova teoria, pautada na historicidade da arte.

Propondo a reformulação das concepções vigentes, a história da literatura, orientada mais para o autor, o texto ou o contexto, passou a preocupar-se com o papel do leitor, sem, no entanto, desconsiderar as contribuições da crítica marxista e da formalista então em voga. Nesse sentido, *A história da literatura como provocação à teoria literária* lança novas luzes sobre a história da literatura, ao acolher

¹ Não obstante os três últimos autores citados estejam afiliados a linhas teóricas distintas (Ingarden, afilia-se à fenomenologia; Iser, à teoria do efeito; Eco, à semiótica da interpretação), é possível constatar vários pontos de conexão entre suas abordagens, visto que todas abordam a recepção.

² Embora tanto Jauss como Iser sejam integrantes da estética da recepção, enquanto o primeiro prevê a recepção coletiva de um público-leitor e a atualização histórica da obra, o segundo privilegia a recepção implícita e a atualização pelo preenchimento de vazios.

[...] criticamente ambos os pontos de vista, tentando vencer o abismo entre a contemplação histórica (cega para a forma) e a contemplação estética (cega para a história) da literatura (JAUSS, 1994, p. 74).

Visto anteriormente como ser passivo, o leitor, a partir da estética da recepção, passa a ser concebido como sujeito capaz de revelar a esteticidade da obra, uma vez que é ele quem promove a passagem do inerte para objeto de significação, pois, segundo Jauss (1994), a obra literária não é um objeto com existência autônoma e que fornece ao leitor de cada época os mesmos parâmetros.

A literatura, no viés da estética da recepção, além de proporcionar prazer estético, porta a função de transformar o leitor. Nessa perspectiva, a leitura constitui-se a partir da relação dialógica entre texto e leitor, mediante a atualização da obra, atualizada como resultado da leitura.

Retomando o *princípio da história do efeito* postulado por Gadamer, Jauss (1994) explica que o entendimento decorre da fusão dos horizontes histórico e atual de uma obra, de sorte que a relação dialógica obra/leitor também se estende à relação presente/passado. No que tange a essa natureza dialógica da obra literária, afirma Zilberman (1989, p. 64) que “a obra literária é comunicativa desde sua estrutura; logo, depende do leitor para a constituição do sentido”, o qual, entretanto, “pode mudar, se o público, a sociedade e a época forem outros”. Isso significa que leituras diferentes, feitas em épocas diferentes, fazem com que a obra seja lida e *experienciada*³ de formas diferentes.

De acordo com Jauss (1994), a literatura, muito mais do que uma *representação*, deve ser entendida na dimensão de sua *experiência histórica*, sendo que esta atinge a plenitude de sua função social somente quando influi no horizonte de expectativa da vida cotidiana do leitor, influenciando sua visão de mundo e seu comportamento social. Isso porque, para Jauss (1994), a literatura deve ser pensada não apenas em termos de seus efeitos estéticos, mas também a partir dos efeitos éticos, sociais e psicológicos, rompendo a percepção comum que o leitor tem da vida cotidiana.

Uma vez abordada a recepção coletiva, abordaremos, no tópico que segue, a recepção implícita cujos pressupostos teóricos foram postulados, fundamentalmente, por Roman Ingarden, Wolfgang Iser e Umberto Eco.

A recepção implícita

Roman Ingarden foi o precursor no exame da configuração dos lugares indeterminados no texto literário. Em *A obra de arte literária*, livro publicado originalmente na Alemanha, em 1930, o teórico salienta que, pela impossibilidade de o leitor preencher todos os pontos de indeterminação,

[...] a obra literária nunca é apreendida *plenamente em todos* os seus estratos e componentes mas sempre só parcialmente, sempre, por assim dizer, apenas numa abreviação perspectivista (INGARDEN, 1979, p. 366).

Zilberman (1982, p. 81), tecendo considerações sobre Ingarden, explica que, não obstante a obra ficcional abarque

[...] um universo homogêneo e organizado por meio das objetualidades (objetos do real que são reproduzidos no mundo imaginário), a representação destas nunca se faz de modo completo e acabado, mas esquematizadamente.

Isso porque seria um trabalho esgotante e improdutivo para o escritor, caso se preocupasse em traduzir, nos mínimos detalhes, toda a realidade externa que transplanta para o livro.

Em *Fim do livro, fim dos leitores?*, Zilberman (2001, p. 50) também se apoia em Ingarden, quando afirma que “os objetos ficcionais particularizam-se antes pela falta que pela presença”. Em vista disso, o texto é caracterizado por lacunas e pontos de indeterminação, resultantes da impossibilidade de a linguagem refletir, em sua totalidade, o objeto designado. Se os elementos textuais aparecem de forma inacabada e descontínua, exige-se a intervenção do leitor, que passa a ter função criativa, posto que atribui sentido ao que lê, ao preencher os vazios do texto por meio da sua imaginação, experiência e fantasia. Porque, se é verdade que o autor fornece índices do que pode ser interpretado, cabe ao leitor decifrar as entrelinhas, já que o texto não produz significados por si só.

Desse modo, o leitor torna-se co-participante do ato de criação. Como afirma Eco (2001, p. 41), em *Obra Aberta*, de 1962,

[...] qualquer obra de arte, embora não se entregue materialmente inacabada, exige uma resposta livre e inventiva, mesmo porque não poderá ser realmente compreendida se o intérprete não a reinventar num ato de congenialidade com o autor.

Assim, embora o autor produza uma forma acabada *em si* e deseje que essa forma seja compreendida e fruída tal como a produziu, no ato de leitura,

³ A idéia de literatura como experiência de um sujeito, no caso o leitor, implica conceber o texto como *puro fenômeno* que se apresenta à nossa consciência. Essa idéia, segundo Culler (1999, p. 119), é oriunda da fenomenologia, fundada pelo alemão Edmund Husserl, que, no início do século XX, propõe que se repense a distinção sujeito/objeto, consciência/mundo, enfocando o modo como a realidade fenomenal dos objetos é percebida pela consciência.

[...] cada fruidor traz uma situação existencial concreta [...], de modo que a compreensão da forma originária se verifica segundo uma perspectiva individual (ECO, 2001, p. 40).

Isso significa que a obra literária é, ao mesmo tempo, *fechada* em sua organicidade e *aberta*, uma vez que pode ser compreendida, segundo uma multiplicidade de perspectivas. É nessa medida que Iser (1996), em *O ato da leitura*, publicado originalmente em 1976, fala sobre os dois pólos – artístico e estético – implicados na concretização do leitor: o artístico refere-se à obra criada pelo autor; o estético, à sua realização pelo leitor.

Em *Lector in fabula*, de 1979, Eco reitera e amplia a argumentação defendida em *Obra Aberta*, ao apontar para a abertura inerente às obras de arte. Conforme demonstra, se, de um lado, as obras de arte supõem a livre intervenção interpretativa dos leitores, de outro, apresentam *características estruturais* que estimulam e controlam a ordem das suas interpretações. Isso relaciona-se ao que chama de *pragmática do texto*, definida como uma atividade cooperativa que leva o leitor a tirar do texto o que o texto não diz (mas que pressupõe), a preencher os espaços vazios, a relacionar o que existe nesse texto com a trama da intertextualidade da qual esse texto se origina e para a qual conflui. Trata-se de movimentos cooperativos que produzem o prazer e a fruição do texto. Nesse sentido, a obra de arte, ao implicar uma cooperação do leitor, possibilita a relação interativa entre mensagem e receptor.

Se a leitura de textos literários é uma interação texto-leitor, então, a identificação torna-se essencial. Essa identificação decorre do embate do horizonte de expectativas do leitor e do trazido pela obra. O leitor, portanto, só pode cumprir seu papel por meio do ato de leitura, que consiste na experiência estética vivenciada por ele. Nessa medida, recupera-se a validade do prazer, recuperando-se a validade da experiência do leitor. Contudo, o leitor não é livre para imaginar qualquer coisa. Seu horizonte não é arbitrário; decorre de fases anteriores de leitura e se realiza no confronto com o horizonte trazido pelo texto. Iser (1996, p. 170) explica isso, ao afirmar que

[...] a indeterminação [...] não significa que a imaginação é completamente livre para imaginar qualquer coisa. Ao contrário, as estratégias textuais esboçam os caminhos pelos quais é orientada a atividade da imaginação.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Eco (1993; 2000) afirma que, não obstante a interpretação seja potencialmente ilimitada, isso não significa que qualquer interpretação seja válida. Em outros termos, “dizer que um texto potencialmente

não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz” (ECO, 1993, p. 28; ECO, 2000, p. xxii). Assim, entre a intenção do autor e a do intérprete, há a *intenção do texto*, que não é revelada pela superfície textual, de forma que “é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor” (ECO, 1993, p. 75).

Sobre a natureza inacabada do texto literário, podemos dizer, com Iser, que as lacunas consistem na *estrutura de apelo do texto*, confirmando um dos postulados básicos da estética da recepção:

[...] o texto é um sistema de combinações e assim deve haver também um lugar dentro do sistema para aquele a quem cabe realizar a combinação. Este lugar é dado pelos vazios, que assim se oferecem para a ocupação pelo leitor (ISER, 1979, p. 91).

Isso significa que os vazios são os locais de entrada do leitor no universo ficcional, e a atividade de preencher vazios implica a combinação das diferentes perspectivas textuais, já que não é possível a apreensão simultânea de todas as perspectivas.

Eco (1986, p. 37) também tece considerações acerca dos vazios ou espaços em branco. Conforme o crítico, o texto literário encontra-se entremeadado de “espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos”, e quem o escreveu previa que esses espaços seriam preenchidos e os deixou brancos porque, de um lado, “um texto é um mecanismo preguiçoso (ou econômico) que vive da valorização de sentido que o destinatário ali introduziu” e, de outro, porque “à medida que passa da função didática para a estética, o texto quer deixar ao leitor a iniciativa interpretativa”. Desse modo, o texto apenas existe em estado potencial e pressupõe um leitor que o atualize.

A respeito dessa concepção de texto como “mecanismo preguiçoso”, Eco (1986, p. 11) salienta que se o texto é uma “máquina preguiçosa”, exige do leitor um *trabalho cooperativo* para preencher os não-ditos ou os já-ditos que ficaram em branco, pois “toda interpretação que oferecesse uma vantagem ao leitor colocaria o texto em desvantagem”. Assim, “o texto como resultado só é vencedor e ‘bem-feito’ enquanto máquina que visa pôr o leitor em dificuldade” (ECO, 1986, p. 173). Em outras palavras, o texto obriga o leitor a executar grande parte do trabalho, conclamando-o a ajudá-lo a funcionar, vale dizer, a cooperar com a produção de sentidos.

Segundo Iser (1999), somente quando os esquemas do texto são inter-relacionados, o objeto imaginário começa a se formar na mente do leitor, o qual, por sua vez, cria imagens daquilo que não tem

existência empírica. A essa atividade, Iser chama de *formação de representações* e, de acordo com ele, um dos modos pelos quais o leitor forma representações mais intensamente consiste em introduzir novas personagens por meio de suspensões na narrativa e dando início a novas tramas. Por conseguinte, cabe ao leitor estabelecer relações entre a trama até então conhecida e as novas situações, resultando em uma complexa rede de possíveis relações que estimulam o leitor para que produza, por si próprio, as conexões ainda não totalmente formuladas.

Se certos dados são temporariamente retidos, aumenta-se o poder sugestivo da obra, o que mobiliza a imaginação de possíveis soluções. O ato de leitura ocorre, pois, de forma dinâmica, visto que, enquanto o leitor lê a obra, cria hipóteses para solucionar dúvidas em relação ao texto lido. Dessa maneira, os espaços vazios, que implicam a assimetria texto/leitor, caracterizada pela falta do compartilhamento de referências:

[...] obrigam o leitor a dar vida própria à história narrada; ele começa a conviver com os personagens e a participar dos acontecimentos que os afetam. Pois a falta de informações sobre a continuação da história relaciona o leitor aos personagens, sendo que o futuro destes lhe parece ainda incerto, o que fundamenta um horizonte vazio 'em comum' e assim a possibilidade de inter-relação (ISER, 1999, p. 140).

À medida que os vazios interrompem a coerência textual pelas omissões e suspensões, convertem-se em estímulos para a formação de representações e, conseqüentemente, conduzem à atividade participativa do leitor. Nesse sentido,

[...] funcionam como estrutura auto-reguladora; o que por eles é suspenso impulsiona a imaginação do leitor; trata-se de ocupar através de representações o que é encoberto (ISER, 1999, p. 144).

Para encerrar esse tópico, cabe assinalar que, ao tecer comentários a respeito de várias tipologias de leitores, Iser propõe um novo modelo que batiza de leitor implícito. Segundo afirma, tal tipo de leitor constitui a própria estrutura da obra, de maneira que

[...] não tem existência real, pois ele materializa o conjunto das pré-orientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis (ISER, 1996, p. 73).

E, propondo uma tipologia semelhante, Eco refere-se ao leitor-modelo, que consiste no leitor previsto e construído pelo texto, capaz de cooperar com a atualização textual. De acordo com o crítico,

[...] um texto prevê e calcula os possíveis comportamentos do Leitor-Modelo e a sua possível interpretação faz parte do processo de geração do texto (ECO, 1986, p. 149).

Diante da discussão empreendida, é possível realmente perceber vários pontos de convergência entre as propostas teóricas enunciadas por Ingarden, Iser e Eco. A seguir, cabe verificar em que medida tais propostas e as de algumas teorias da linguística, cujas considerações preliminares realizamos no tópico "Abordagens de leitura", afastam-se e/ou dialogam entre si.

Distanciamentos e aproximações

Retomemos as perguntas que incitaram a produção do presente artigo: no que se refere à leitura e ao leitor, haverá pontos de intersecção entre a teoria literária e a linguística? Haverá diferenças? Na tentativa de responder a tais perguntas, consideraremos a estética da recepção e teorias afins, de um lado, e as linhas psicolinguística e discursiva, de outro.

Uma primeira distinção a ser assinalada refere-se à perspectiva de estudo e ao objeto considerado: Angela Kleiman e Mary Kato focalizam a compreensão leitora cognitiva e metacognitiva de qualquer texto escrito; Herbert Simon focaliza os processos cognitivos envolvidos na escrita e leitura do texto literário; Eni Orlandi focaliza os discursos nas práticas cotidianas; e os críticos da teoria literária que se debruçam sobre a recepção focalizam o leitor e o ato de leitura do texto literário.

Segundo críticos da vertente psicolinguística, como Kato (1995) e Kleiman (1997), é possível extrair, do mesmo texto, informações não-explicitas textualmente por meio de esquemas internalizados e de operações de inferência e, por meio dessas informações não-explicitas, é possível emprestar coerência ao texto. Para Kato (1995), as inferências são definidas como informações não-explicitas linguisticamente, mas que podem ser apreendidas de um texto, mediante raciocínios dedutivos ancorados em nossa experiência e em nosso conhecimento de mundo.

Ao explicar o conceito de conhecimento prévio, Kleiman (1997) afirma que esse abrange o conhecimento linguístico, o textual e o conhecimento de mundo ou enciclopédico. A seu ver, a partir desses conhecimentos, que interagem entre si, o leitor consegue construir o sentido do texto. De acordo com a estudiosa, a ativação do conhecimento prévio é essencial à comunicação, pois é esse conhecimento que permite que o leitor faça inferências para relacionar partes de um texto em um todo coerente.

Simon (1994), em seu artigo “Literary Criticism: a cognitive approach”, obtido em fonte eletrônica, também salienta o conceito de inferência no processo da leitura. Para ele, esse processo é central para encontrarmos significados: “os significados são inferidos. Quando o leitor ocupa-se com as palavras de um texto, certos símbolos ou estruturas simbólicas que estão armazenadas na memória do leitor vêm à consciência”⁴.

Se o leitor, segundo esses autores, abstrai – a partir do texto, do seu conhecimento prévio e da sua capacidade de inferência – informações que não estão explícitas na superfície textual, então, ao abstrair essas informações, estará, em certa medida, preenchendo os pontos de indeterminação, vazios ou espaços em branco, postulados por Ingarden (1979), Iser (1996; 1999) e Eco (1986). Além disso, relacionar partes de um texto em um conjunto coerente, como assinala Kleiman (1997), pode ser associado ao que Iser (1999) chama de combinações de perspectivas textuais.

Os não-ditos discutidos por Eco (1986) também o são por Orlandi (1999), que, com base em Ducrot, distingue duas formas de implícitos: 1) *pressuposto* (marcado linguisticamente e que, por isso, pode ser comprovado) e 2) *subentendido* (depreendido do contexto, não podendo ser comprovado empiricamente). De acordo com Orlandi (1999, p. 82), o não-dito complementa o dito, pois “há toda uma margem de não-ditos que também significam”. Isso quer dizer, por exemplo, que mesmo o silêncio pode conotar uma multiplicidade de sentidos, à medida que não precisam ser verbalizados para produzir seus efeitos.

O conceito de interação, no ato de leitura, também é abordado tanto pela teoria literária como pela linguística. Para Kato (1995), a leitura é concebida como interação entre texto e leitor, e não entre leitor e escritor, como considera Kleiman (1997). Em consonância com a estética da recepção, Kato (1995, p. 70-71) desconsidera a intenção do autor, ao afirmar que “há significados textuais que surpreendem os próprios autores por não terem sido pretendidos, mas que são reconhecidos como autorizados pelo texto”. Se há sentidos autorizados pelo texto, por outro lado, o texto não autoriza qualquer leitura, pois, como afirma Orlandi (1996, p. 12),

[...] ninguém lê num texto o que quer, do jeito que quer e para qualquer um. Tanto quanto a formulação (emissão), a leitura (compreensão) também é regulada. No entanto, ler [...] é saber que o sentido pode ser outro.

Segundo Kleiman (1997, p. 65), a interação na leitura é “uma interação à distância entre leitor e autor via texto”. No entender da estudiosa, essa interação é bem-sucedida quando o caminho, construído pelo autor durante a produção do texto, é devidamente reconstruído pelo leitor. Nesse viés, as marcas formais disseminadas pelo texto indicariam a presença do autor e atuariam como pistas para a reconstrução desse caminho. Nesse diálogo virtual entre leitor e autor, caberia ao primeiro a responsabilidade de ler, inferir, ativar conhecimentos; ao segundo, a responsabilidade de “mapear claramente as pistas que permitam uma reconstrução do significado e da intenção comunicativa” (KLEIMAN, 1997, p. 67). No entanto, poder-se-ia indagar: se a linguagem não é um simples reflexo do pensamento, será que as intenções do autor seriam sempre detectáveis via texto? Será que as referidas pistas seriam sempre suficientes para desvendar essas intenções? Ou ainda: será que o autor sempre teria a intenção de “mapear claramente” tais pistas?

Em nosso entender, o “acordo de responsabilidade mútua” a que se refere Kleiman pode perfeitamente ser quebrado pelo próprio autor quando este não quer se fazer entender por seus leitores e instaura obscuridades intencionais. Também é possível afirmar que, independentemente dos sentidos que o autor pretende suscitar, o leitor, sobretudo na leitura de textos literários, pode ir além e pensar em possibilidades interpretativas que nem figuravam no plano do autor. Como afirma Eco (1993), a intenção do autor é geralmente irrelevante, pois o texto produz efeitos próprios. Nesse sentido, o esquema gerativo que explica o texto

[...] não pretende reproduzir as intenções do autor, e sim a dinâmica abstrata por meio da qual a linguagem se coordena em textos com base em leis próprias e cria sentido, independentemente da vontade de quem enuncia (ECO, 2000, p. 7).

Por sua vez, Orlandi (1996, p. 9) defende que a interação não ocorre entre leitor e texto (este seria um mediador) e sim entre leitor real (aquele que lê o texto) e o leitor virtual (o leitor inscrito no texto e constituído no próprio ato da escrita):

[...] a relação básica que instaura o processo de leitura é o jogo existente entre leitor virtual e leitor real. [...] O leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(s) sujeito(s).

Essa visão parece ser a que mais coaduna com a de Iser (1996, p. 76), quando afirma que “a concepção do leitor implícito não é abstração de um

⁴ Tradução livre do original: meanings are evoked. When a reader attends to words in a text, certain symbols or symbols structures that are stored in that reader's memory come to awareness.

leitor real, mas condiciona sim uma tensão que se cumpre no leitor real quando ele assume o papel”.

A discussão empreendida por Kato (1995) a respeito do “processo de lacunamento”, entendido como as ambiguidades apresentadas pelo texto, também se relaciona às lacunas sobre as quais fala Iser (1999, p. 107), já que este as concebe como indeterminações “que marcam enclaves no texto e demandam serem preenchidos pelo leitor”. Desse modo, podemos afirmar que as ambiguidades, recorrentes em textos literários, constituem uma das muitas modalidades de indeterminação.

Conforme Kato, a leitura também é entendida como um ato de comunicação controlado por regras conversacionais, isto é, um contrato de cooperativismo, segundo o qual o escritor deve ser informativo na medida certa, sincero, relevante e claro, e que o leitor deve se esforçar por compreender o objetivo do autor, acreditar na sua sinceridade, procurar a relevância dos assuntos e esperar que os objetivos venham codificados por recursos linguísticos mais simples. De acordo com a autora,

[...] se algum dos princípios não é obedecido pelo escritor, o leitor, guiado ainda pelo princípio do cooperativismo, deverá pensar que tal violação é intencional e que indiretamente o escritor está tentando dizer-lhe alguma coisa (KATO, 1995, p. 69).

Está claro que, do ponto de vista da estética da recepção, as primeiras asserções não se aplicam à leitura do texto literário, já que não há necessidade de o escritor ser regido por tais regras, nem de o leitor abstrair os objetivos do autor e de acreditar em sua sinceridade. Em relação à quebra intencional de tais regras, isso, de fato, verifica-se na leitura da obra literária, mas, ainda que seja verdade, essa questão não é de muita relevância para a teoria da recepção. Finalmente, não obstante Eco (1986) fale sobre “cooperação interpretativa”, esta não implica uma preocupação, por parte do leitor, com o que o autor efetivamente pretende dizer, e sim com o ato de preencher vazios do texto, inclusive aqueles que não foram programados pelo autor.

Apresentando consonâncias com a estética da recepção, Kato (1995), Kleiman (1997) e Orlandi (1999) discutem as predições e formulação de hipóteses no ato de leitura. Para elas, tais predições estariam relacionadas à concepção de leitura como um jogo de adivinhação, pois, como observa Kleiman (1997, p. 36), na leitura, “o leitor ativo, realmente engajado no processo, elabora hipóteses e as testa, à medida que vai lendo o texto”. Trata-se de o leitor fazer auto-indagações e formular predições de temas e subtemas para o texto, por meio do emprego de seu conhecimento prévio e dos

elementos formais que o texto fornece. A partir daí, a leitura passará a ter caráter de verificação de hipóteses, seja para confirmar, refutar, corrigir ou reformular a hipótese inicial. Se, na predição, o conhecimento prévio é ativado, na testagem, esse conhecimento será não apenas checado, mas também enriquecido. No dizer de Orlandi, segundo o mecanismo da antecipação, o sujeito pode colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras e antecipar-se a ele quanto ao sentido que suas palavras produzem.

Como observa Kleiman (1997), o texto não é um produto acabado, recebido de modo passivo, mas depende da participação do leitor, que preenche as indeterminações por meio de movimentos cooperativos. Predições, formulação de hipóteses e adivinhações, no ato de leitura do texto literário, também são lembradas por Eco (1986), quando afirma, por exemplo, que toda vez que o leitor reconhece, em uma fábula, uma ação capaz de produzir mudança no estado do mundo narrado, é induzido a *prever* que mudança será essa e qual será o novo curso de acontecimentos.

Apresentando relação com a recepção histórica difundida por Jauss (1994), Simon (1994) afirma que

[...] o mesmo texto pode ter (e geralmente tem) diferentes sentidos para diferentes pessoas ou para a mesma pessoa em épocas diferentes, e trechos particulares de um texto podem ter múltiplos sentidos até mesmo para uma só pessoa⁵.

De modo semelhante, Orlandi (1996) sublinha que um mesmo texto pode suscitar diferentes leituras em diferentes épocas, o que pode ser comprovado em nós mesmos, já que lemos diferentemente um mesmo texto em momentos diferentes. Para Orlandi, todo leitor tem sua história de leitura, e as leituras feitas de um texto somadas às leituras feitas por um leitor compõem a história da leitura.

Quanto à formação do objeto imaginário, abordada por Iser (1996; 1999) e Ingarden (1979), verificam-se paralelos com Simon (1994), quando este tece considerações sobre o que denomina “mind’s eye”:

[...] geralmente, no discurso interpretativo, construímos uma representação da cena, da situação ou dos eventos que estão sendo descritos, algumas vezes sob a forma de imagens mentais, e essa representação forma a maior parte do contexto em que a seqüência das palavras é processada⁶.

⁵ Tradução livre do original: the same text may have (and usually have) different meanings for different persons or for the same person at different times, and particular portions of a text may have multiple meanings even for a single person.

⁶ Tradução livre do original: generally, in interpreting discourse [...] we built up a representation of the scene or situation or events being described, sometimes in

Ao discutir a noção de incompletude, Orlandi (1996, p. 11) salienta que “quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando”. Nessa ordem de idéias, a condição da linguagem é a incompletude, pois “nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente” (ORLANDI, 1999, p. 52). Dessa óptica, instaura-se a impossibilidade de haver autor onipotente, leitor onisciente e transparência textual. Assim, a fragmentação do sujeito e a opacidade do discurso, proficuamente discutidas pela análise do discurso, relacionam-se com a estética da recepção no que se refere ao desdobramento do leitor em leitor real, leitor ideal e leitor implícito e à indeterminação do texto literário.

Para Orlandi, os sentidos que podem ser lidos em um texto não estão necessariamente ali, pois esses sentidos passam pela relação com outros textos. Trata-se da intertextualidade, que, no âmbito da análise do discurso, significa a reiteração de dizeres contidos na memória discursiva. A leitura, portanto,

[...] envolve muito mais do que habilidades que se resolvem no imediatismo da ação de ler. Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente (ORLANDI, 1996, p. 11).

Na leitura do texto literário, isso se torna ainda mais patente, pois, como afirma Ingarden (1979, p. 364), a obra literária, por mostrar-se mais complexa do que outras modalidades textuais, faz com que nossas “vivências e atos [de consciência] sejam de natureza muito variada e se produzam em diferentes combinações possíveis e entrelaçamentos”.

Conclusão

Em resposta às questões que motivaram a produção deste texto, podemos afirmar que, no que concerne à leitura e ao papel do leitor, a teoria literária e a linguística afastam-se em determinados aspectos, mas, por outro lado, encontram muitos pontos de convergência.

Em linhas gerais, ambas consideram a relevância do leitor no processo de leitura, uma vez que o texto não traz sentidos pré-fabricados; estes são construídos em um ato de co-participação com o escritor. Os possíveis sentidos emergidos de um texto, bem como aqueles elementos que podem ser convertidos em imagens mentais ou objetos imaginários, dependem do trabalho de leitura do leitor.

A leitura trata-se, com efeito, de um *trabalho*, à medida que a recepção leitora não ocorre de forma

automatizada e passiva, como ocorre geralmente quando ligamos a TV, em que tudo nos é apresentado de forma pronta e acabada. Esse trabalho de leitura conchama o leitor para que preencha os não-ditos, espaços vazios e pontos de indeterminação, por meio de sua imaginação e cooperação interpretativa.

Além disso, essa atividade leitora envolve uma complexa rede de associações mentais em cadeia, vários processos cognitivos e metacognitivos, tais como: ativação de conhecimentos prévios, previsões, antecipações, adivinhações, formulação de hipóteses, confirmação, refutação ou reformulação de hipóteses, inferências e pressuposições, de forma a possibilitar uma constante interação entre texto e leitor, ou, mais especificamente, entre o leitor real e o leitor inscrito no texto, chamado ora de leitor implícito, ora de leitor-modelo, ora de leitor virtual.

Justamente em razão de aspectos coincidentes e, o que é mais importante, de aspectos *complementares*, assinalamos a importância da interdisciplinaridade, do olhar plural, ao se pensar o fenômeno da leitura, sobretudo, em se tratando da leitura de textos literários que se mostram mais complexos e mais ricamente entremeados de espaços em branco e não-ditos, exigindo, assim, uma participação mais ativa do leitor. Em função disso, compactuamos com a visão de Mary Kato, quando declara que “uma visão mais completa dos problemas envolvidos na leitura exige [...] um tratamento interdisciplinar” (KATO, 1995, p. 2).

Lembremos que muitas pesquisas têm sido realizadas por críticos que, ao se centrar em análises de textos literários, valem-se de conceitos advindos tanto da teoria literária quanto da teoria linguística, dando mostras da pertinência do enfoque interdisciplinar. Batista e Galvão (1999) figuram entre os autores que ilustram essa visão, segundo constatamos em *Leitura: práticas, impressos, letramentos*, obra na qual se propõem a traçar um quadro geral das tendências e perspectivas de estudo sobre leitura. Aproximando, em uma única frase, a análise do discurso, a estética da recepção de Jauss, a teoria do efeito de Iser, a teoria de Fish e a semiótica de Eco, ressaltam:

Seja como parte de uma formação imaginária, seja como um conjunto de competências e disposições, uma censura, um leitor implícito, um público-leitor, uma antecipação de um horizonte de expectativas ou como uma comunidade interpretativa, aquele que escreve postula sempre uma hipótese de leitor e uma encenação de sua leitura como uma condição indispensável para a própria produção do texto (BATISTA; GALVÃO, 1999, p. 23).

the form of a mental image, and this representation forms a major part of the context in which the sequence of words is processed.

Referências

- BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O. **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BLIKSTEIN, I. **Técnicas de comunicação escrita**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.
- CHARTIER, R. **Práticas de leitura**. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CULLER, J. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- DUCROT, O. **Dire et ne pas dire: principes de semantique linguistique**. Paris: Hermann, 1972.
- ECO, U. **Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos**. Trad. Attílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- ECO, U. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ECO, U. **Os limites da interpretação**. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ECO, U. **Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. 8. ed. Trad. Giovanni Cutolo. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- ESCARPIT, R. **Sociologia da literatura**. Trad. Anabela Monteiro e Carlos Alberto Nunes. Lisboa: Arcádia, 1969.
- FISH, S. E. **Is there a text in this class?: the authority of interpretive communities**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- INGARDEN, R. **A obra de arte literária**. Trad. Albin E. Beau, Maria C. Puga e João F. Barrento. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- ISER, W. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, L.C. (Org). **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p. 83-132.
- ISER, W. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996. v. 1.
- ISER, W. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1999. v. 2.
- JAUSS, H. R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- KATO, M. **O aprendizado da leitura**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KLEIMAN, A. **Texto & leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 5. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MANGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989.
- MUSSALIM, F.; POSSENTI, S.; CHACON, L. Análise do discurso. **Cadernos da FFC-UNESP**, v. 6, n. 2, p. 165-185, 1997.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 1999.
- SIMON, A. H. Literary criticism: a cognitive approach. **Stanford Humanities Review**, v. 4, n. 1, [s/p], 1994. Disponível em: <<http://www.Stanford.Edu/group/SHR/4-1/text/simon1.html>>. Acesso em: 16 jul. 2004.
- SILVA, E.T. **Elementos de pedagogia da leitura**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- WELLERSHOFF, D. Literatura, mercado e indústria cultural. Trad. Teresa Balté. **Humboldt**, n. 22, p. 44-48, 1970.
- WHITAKER PENTEADO, J. R. **A técnica da comunicação humana**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1969.
- ZILBERMAN, R. A literatura infantil e o leitor. In: ZILBERMAN, R.; CADERMATORI, L. (Ed.). **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982. p. 79-134.
- ZILBERMAN, R. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.
- ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: Senac, 2001.

Received on October 2, 2007.

Accepted on February 26, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.